



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - EXTRAJUDICIAL

RELATÓRIO COMUM A TODAS AS ATRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO
Comarca/Juízo: 3º OFICIO DE NOTAS DE BELÉM
Polo/Região Judiciária: BELÉM
Magistrado(a) corrigente: LUCIO BARRETO GUERREIRO

EDITAL DE CORREIÇÃO
Data da publicação: 23/08/2024
Data da abertura da correição: 10/09/2024
Data do encerramento da correição: 10/09/2024
Observações:

DADOS GERAIS DA SERVENTIA	
Nome oficial da serventia: 3º Ofício de Notas de Belém/PA	
Código Nacional da Serventia (CNS): 06.796-7	CNPJ:37.202.594/0001-23
Endereço: Travessa Humaitá, 616, Bairro Pedreira, Belém/PA.	
Telefone fixo: (91)3233-2749 (91)3244-2000	Celular: (91)9 9159-3233
E-mail: tabeliao@3notasbelem.com.br	Celular Plantão (RCPN):
ATRIBUIÇÕES	
<input checked="" type="checkbox"/> Tabelionato de Notas <input type="checkbox"/> Tabelionato de Protesto <input type="checkbox"/> Registro de Imóveis <input type="checkbox"/> Registro de Títulos e Documentos	<input type="checkbox"/> Registro Civil das Pessoas Naturais <input type="checkbox"/> Registro Civil das Pessoas Jurídicas <input type="checkbox"/> Registro de Distribuição

DADOS GERAIS DO(A) DELEGATÁRIO(A) E EVENTUAL EQUIPE

IDENTIFICAÇÃO DO(A) DELEGATÁRIO(A)	
<u>Nome do(a) Responsável pelo Cartório: EDUARDO LUIZ AYRES DUARTE DA ROSA</u>	
Status do(a) responsável: <input checked="" type="checkbox"/> Titular <input type="checkbox"/> Interino(a) <input type="checkbox"/> Interventor(a)	CPF: 246.167.178-85
Endereço: Travessa Humaitá, 942, Edifício Arcadia, Apto 202, Bairro Pedreira, Belém/PA.	Outorga da Delegação: Portaria nº 502/2020-GP (DJe 04/02/2020 (Edição 6830)) Investidura: Portaria Conjunta nº 46/2020-CJRM/CJC, de 05/06/2020 Termo de exercício: 05/06/2020 – Dr. Célio Petrônio



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

	D'Anuniação – Juiz de Direito da 5ª Vara Cível e de Registros Públicos da Capital
Telefones: (91)98186-9585.	E-mail: eduardo.rosa@3notasbelem.com.br
IDENTIFICAÇÃO DO(A) SUBSTITUTO(A) LEGAL	
() Não existe Substituto(a) Legal na serventia, razão pela qual se desconsidera os demais itens do presente tópico.	
Nome do(a) Substituto(a) Legal: ANA BERNADETE DE OLIVEIRA LIMA REIS	
CPF:171.337.342-49	Portaria de designação: 03/2023
Endereço: Avenida Almirante Barroso, Conjunto Csta e Silva, Bloco 25, apto B, Bairro Pedreira, Belém/PA	Telefones: (91) 98222-9159 E-mail: ana.reis@3notasbelem.com.br
1	A designação de substituto(a) legal observou os requisitos do art. 24 do Código de Normas? (x) Regular, pois de acordo com os dispositivos legais à época da nomeação. () Irregular. Motivo: Observações/Providências:
PREPOSTOS	
() Não existem prepostos na serventia, razão pela qual se desconsidera os demais itens do presente tópico.	
2	Apresentação do Livro de Registro de Empregados devidamente preenchido? () SIM (x) NÃO Observações/Providências:
3	Existência de quadro de horário de trabalho dos prepostos com indicação das respectivas funções e das respectivas portarias de designação devidamente atualizadas? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
4	Designação dos escreventes foi feita através de Portaria do Cartório, indicando nome e função, com comunicação ao Juízo de Registros Público e à Corregedoria Geral a Justiça? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL DO CARTÓRIO	
5	As instalações físicas são salubres e adequadas para funcionamento, dispendo de bom estado de conservação e higiene, proporcionando bom atendimento aos usuários, com conforto, proteção à saúde e segurança? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
6	O mobiliário é ergonômico, encontrando-se em bom estado de conservação? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
7	Está localizado em área sujeita à ocorrência de alagamentos, incêndio, infiltrações e umidade? () SIM (x) NÃO Observações/Providências:
8	Os elementos de identificação de serviço delegado são bem apresentados, possuindo sinalização com placa fixa de identificação, em material resistente, com os seguintes dados: () SIM (x) NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

9	Dispõe de licenças e alvarás para funcionamento do prédio, seja a do ente municipal, seja o expedido pelo Corpo de Bombeiros, bem como de material de segurança contra incêndios, tais como extintores? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
10	As acomodações da serventia propiciam segurança ao arquivamento de livros e documentos? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
11	Oferece acessibilidade às pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
12	O espaço destinado ao atendimento é adequado, dispondo de cadeiras, bebedouro, balcão preferencial e climatização? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
13	As instalações elétricas e hidráulicas do cartório estão em perfeito estado de funcionamento e boa conservação? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
14	Há boa conectividade com a rede mundial de computadores (internet); equipamentos eletrônicos são atuais e se prestam a sua funcionalidade, considerando o porte do cartório? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DELEGADOS E ATENDIMENTO	
15	O atendimento é realizado com eficiência, urbanidade e presteza (considerando vestimenta, uniforme e cordialidade dispensada ao público)? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
16	Comparecimento diário do delegatário ao cartório, no horário de expediente, atuando o substituto legal apenas em eventuais ausências ou impedimentos? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
17	A serventia observa a jornada de 06(seis) a 08(oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira, para atendimento ao público, informando sobre o horário de funcionamento ao Juízo de Registros Públicos e à Corregedoria Geral de Justiça? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
18	Há respeito à prioridade das pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
19	Existe sistema de distribuição de senhas, considerando o porte do cartório? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
20	O quantitativo de prepostos é suficiente à adequada prestação de serviço, em conformidade com a demanda (considerando o porte do cartório, o movimento de serviços prestados e pessoas atendidas)? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

21	As tabelas de emolumentos em vigor, assim como os cartazes informativos da gratuidade dos serviços e do selo digital, encontram-se afixados em local visível, de fácil leitura e acesso ao público? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
22	É fornecido, independentemente de solicitação, recibo discriminado dos emolumentos percebidos? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
23	O atendimento aos usuários se dá em tempo de espera razoável e observa eventual norma municipal que disciplina o tempo de espera nas serventias extrajudiciais? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
24	São mantidos na Serventia as leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço e quaisquer outros atos que digam respeito à sua atividade (Art. 30, IV, da Lei nº 8.935/94), bem como as legislações mencionadas no art. 22, do CN - Tomo II? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
25	As dúvidas suscitadas são encaminhadas ao Juízo competente? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
26	A escrituração dos livros e documentos satisfaz às exigências legais (termos de abertura e encerramento, numeração e autenticação de folhas, ausência de rasuras, emendas, ressalvas etc., bem como a utilização do livro auxiliar (Prov. CNJ nº 149/2023 - arts. 42 a 51, e arts. 185 a 193) ? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
27	Existem práticas viciosas a serem coibidas? () SIM (x) NÃO Observações/Providências:
DEMAIS ASPECTOS DE FISCALIZAÇÃO EM RELAÇÃO AO DELEGATÁRIO E AO CARTÓRIO	
28	Estrita observância quanto a cobrança dos emolumentos fixados para a prática dos atos do seu ofício, com a afixação da tabela em local de fácil acesso ao público? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
29	Guarda e manutenção dos livros, papéis e documentos do acervo do cartório em local salubre e sem presença de umidade? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
30	Adoção de sistemas de cópias de segurança, “backup” em mídia eletrônica, digital ou outro método hábil a sua preservação, abrangendo todos os livros obrigatórios, com periodicidade inferior a 30 (trinta) dias? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
31	Capacidade técnica plena do escrevente substituto para, nas eventuais ausências ou impedimento, substituir o delegatário? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
32	Respeito ao princípio da territorialidade na prática dos atos? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

33	Respeito à vedação legal no funcionamento de sucursais do serviço? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
34	Existência e regularidade do Livro de Visitas e Correições (Prov. CNJ nº 149/2023, art.185, I)? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
35	Existência e regularidade do Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 185, II)? As despesas lançadas no livro resultam da prestação do serviço delegado, estando rigorosamente dentre aquelas autorizadas pelo art. 8º do Provimento 45/2015 da Corregedoria Nacional de Justiça (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 8º, “a” a “m”)? Está sendo visado anualmente pelo Juízo Corregedor? () SIM (X) NÃO Observações/Providências:
36	Existência e regularidade do Livro Controle do Depósito Prévio, nos cartórios cujo serviço o admitam (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 185, III)? (x) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências:
37	O Sistema Justiça Aberta Extrajudicial do Conselho Nacional de Justiça é alimentado com dados semestrais atualizados da serventia, do delegatário, arrecadação e repasses? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
38	O(A) Oficial(a) acessa diariamente o Processo Judicial Eletrônico das Corregedorias – PJeCOR, Malote Digital do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e o E-mail Oficial disponibilizado pela Corregedoria, que são o meio de comunicação oficial entre os serviços notariais e de registro e entre estes e os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
39	A Serventia possui registro de conteúdo eletrônico de todos os atos notariais e registrais de seu ofício, conforme determina o Provimento n.º 149/2023 (art. 149) do CNJ? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
40	A serventia oferece o serviço de cópias reprográficas? Qual o valor? (Verificar se a informação está ostensiva, pois é obrigatória e se os preços são módicos) (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
DA CORRETA UTILIZAÇÃO DOS SELOS DIGITAIS	
41	A serventia mantém sistema eletrônico compatível com os padrões definidos pelo código de normas para recepção dos atos praticados pelos sistemas de informação do Tribunal de Justiça e pela documentação de integração? (Pedir para ver o sistema) (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
42	Os selos de fiscalizações estão sendo utilizados, obedecendo-se a ordem cronológica? (Pedir para ver o sistema - não sendo obedecida, deve-se comunicar a CGJ para cancelamento de todos os selos fora de ordem, para não configurar quebra de sequência) (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
43	Os selos estão sendo inseridos eletronicamente na última folha dos atos praticados – art. 149 e 150 do Código de Normas, acompanhado do carimbo da serventia e do sinal público do responsável pelo ato, de modo que fique assegurada a plena visualização de todos os itens do Selo Digital? (Somente é permitida a impressão de etiquetas em atos que não comportem inclusão eletrônica, tais como autenticação,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

	reconhecimento e dut do detran, e, nos demais atos, tais como certidões, escrituras, procurações e etc... verificar se o selo se encontra inserido eletronicamente na última folha do documento). (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
44	No caso da utilização de etiqueta autoadesiva, é lançado sobre parte da etiqueta aplicada ao documento o carimbo da Serventia e a rubrica do responsável ou de seu preposto, permanecendo sempre legível a numeração do Selo Digital utilizado. (art. 149 do Código do Código de Normas)? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
45	Os selos de fiscalização estão de acordo com os padrões definidos pelo Código de Normas e documentação de integração? (Tamanho, dados e informações – pedir para ver alguns selos utilizados) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
46	Os atos selados estão sendo enviados imediatamente após suas conclusões, em documento html, ao sistema de informação do tribunal de justiça? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
47	A serventia possui pendência de declaração de selos utilizados? (Consultar o sistema – SIAE ou pedir informações prévias ao setor de arrecadação) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
48	A serventia ainda possui em seu acervo selos físicos pendentes de devolução ao Tribunal de Justiça? (Consultar previamente a divisão de arrecadação. Caso possua, deve proceder a imediata devolução ao TJ) () SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
49	Como a serventia tem procedido quando da necessidade de proceder retificações e cancelamentos de selos? (A serventia deve solicitar autorização Corregedoria para cancelamento e retificação) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
50	A serventia está obedecendo a determinação do código de normas, no sentido de manter estoque de selos para, no mínimo, 10 (dez) dias, antes de solicitar nova compra, a fim de que os serviços não sofram descontinuidade e prejudique a população? (Alertar que a inobservância a essa regra configura infração disciplinar) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
51	A serventia está cadastrando as partes envolvidas no ato, no momento da selagem, inclusive com RG e CPF? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
52	Foi feita a conferência dos selos digitais impressos nos livros da serventia em comparação com a consulta pública pelo QR CODE ou pelo portal da TJ/PA, resultando na exata identificação entre os elementos de ambos (ato praticado, livro/folha/termo, valor dos emolumentos, encargos e valor total). (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
CERTIDÕES NEGATIVAS	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

53	<p>Em se tratando de serventia vaga, o responsável interino procede ao recolhimento de eventual quantia que, em sua renda líquida, exceda ao teto remuneratório de 90,25% do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, até o dia 10 do mês subsequente, apresentando o respectivo comprovante de pagamento, conforme art. 34 do Provimento Conjunto nº 02/2019-CJRMB/CJCI?</p> <p>() SIM () NÃO (x) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
54	<p>Apresentou comprovação do correto recolhimento das taxas de fiscalização (FRJ e FRC)?</p> <p>(x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
55	<p>Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Municipal pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia?</p> <p>(x) SIM () NÃO</p> <p>Emitimos a Certidão Negativa Municipal do CNPJ e ao solicitar a certidão negativa de cadastro mobiliário quanto ao CPF, é feita referência ao número de inscrição municipal com o CNPJ.</p> <p>Observações/Providências:</p>
56	<p>Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Estadual pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia?</p> <p>(x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
57	<p>Apresentou cópia da última GPS (Guia da Previdência Social) e GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS), comprovando o uso do CEI (art. 17, II, b; e art. 19, II, g, Instrução Normativa RFB nº 971/2009)?</p> <p>() SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
58	<p>Apresentou Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia?</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
59	<p>Apresentou Certificado de Regularidade do FGTS - CRF pelo CEI do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia?</p> <p>(x) SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
60	<p>Apresentou Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia?</p> <p>() SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
61	<p>Apresentou Comprovante de transmissão da DOI dos últimos 12 (doze) meses, com utilização de Certificado Digital do Titular da Serventia;</p> <p>(X) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
PROVIMENTO Nº 149/2023 CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	
62	<p>O notário ou registrador implantou políticas, procedimentos e controles internos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo no âmbito da serventia, bem como informou os dados do oficial de cumprimento no Sistema Justiça Aberta? (CNJ, Provimento 149/2023, art. 144)</p> <p>(X) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

63	<p>Havendo indícios da prática de crime de lavagem de dinheiro ou de financiamento do terrorismo, ou de atividades a eles relacionadas, é observado o prazo de um dia útil após o exame da operação ou proposta de operação para comunicação ao Coaf? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 151, caput) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
64	<p>O notário ou registrador, ou seu oficial de cumprimento, informa a CGJ-PA, até o dia 10 dos meses de janeiro e julho, a inexistência, nos 6 meses anteriores, de operação ou proposta suspeita passível de comunicação ao Coaf? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 153) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
65	<p>O notário ou registrador, ou o oficial de cumprimento atende às requisições formuladas pelo Coaf e pelo CNJ na periodicidade, forma e condições por eles estabelecidas, com a preservação do sigilo das informações prestadas? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 178) () SIM () NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
66	<p>O notário ou registrador mantém cadastro dos envolvidos, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art.145, caput) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
67	<p>O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas físicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 145, § 1º do Prov. n. 149/2023, CNJ ? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
68	<p>O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas jurídicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 145, § 2º do Prov. n. 149/2023, CNJ? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
PROVIMENTO CNJ Nº 74/2018 – PADRÕES MÍNIMOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (ART. 206 DO PROV. CNJ 149/2023)	
69	<p>A serventia apresentou laudo técnico certificando que está adequada aos padrões mínimos de segurança atendendo as exigências técnicas do Provimento nº 74/2018 do Conselho Nacional de Justiça? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Caso a serventia não apresente laudo técnico, devem ser preenchidos integralmente os itens abaixo:</p>
70	<p>Em relação aos parâmetros definidos no Provimento 74/CNJ, a serventia está enquadrada em que classe? () classe 1 (arrecadação de até R\$ 100.000,00 por semestre) () classe 2 (arrecadação de R\$ 100.000,00 a R\$ 500.000,00 por semestre) (<input checked="" type="checkbox"/>) classe 3 (arrecadação superior a R\$ 500.000,00 por semestre) OBS – 1. Informações disponíveis no site da Corregedoria de Justiça</p> <p>Possui rede elétrica devidamente aterrada? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observação:</p> <p>Possui nobreak compatível com os servidores instalados, com autonomia de pelo menos 30 minutos? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observação:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Link de comunicação de dados megabits:*

2 Megabits 5 Megabits 10 Megabits Mais de 10 Megabits

Observação:

Possui local técnico isolado dos demais ambientes (alvenaria ou divisórias), com restrição de acesso por chave?

SIM NÃO

Observação:

Possui local com refrigeração compatível com a quantidade de equipamentos e metragem?

SIM NÃO

Observação:

Possui dispositivo de armazenamento (storage):

inexistente físico virtual

Observação: Nuvem AZURE

Possui serviço de cópias de segurança na internet (backup em nuvem)?

SIM NÃO

Observação:

Possui servidor com sistema de alta disponibilidade que permita a retomada do atendimento à população em até 15 minutos após eventual pane do servidor principal?

SIM NÃO

Observação:

Possui impressoras e scanners (multifuncionais)?

SIM NÃO

Quantos? (especificar)

Observação:

Possui switch para a conexão de equipamentos internos?

SIM NÃO

Observação:

Possui roteador para controlar conexões internas e externas?

SIM NÃO

Observação:

Possui softwares licenciados para uso comercial?

SIM NÃO. Especificar

Observação:

Possui software antivírus e antissequestro?

SIM NÃO

Observação:

Possui firewall?

SIM NÃO

Observação:

Possui proxy?

SIM NÃO

Observação:

Possui banco de dados?

SIM NÃO

Observação:

Quantos funcionários do cartório treinados na operação do sistema e das cópias de e segurança ou de empresa contratada que preste o serviço de manutenção técnica com suporte? Temos 2 funcionários treinados, e temos contrato de prestação de serviço de manutenção técnica com empresa especializada.

Observação:

**PROVIMENTO CNJ 149/2023 E CGJ N° 10/2021 - TRATAMENTO E PROTEÇÃO DOS
DADOS PESSOAIS - LGPD**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

71	A serventia mantém, em sua unidade, um sistema de controle do fluxo abrangendo a coleta, tratamento, armazenamento e compartilhamento de dados pessoais, até a restrição de acesso futuro? () SIM (X) NÃO Observações/Providências:
72	A serventia mantém, em sua unidade, política de privacidade que descreva os direitos dos titulares de dados pessoais, de modo claro e acessível, os tratamentos realizados e a sua finalidade? () SIM (X) NÃO Observações/Providências:
73	A serventia já indicou o Encarregado de Proteção de Dados Pessoais, mantendo, em sua unidade, um canal de atendimento adequado para informações, reclamações e sugestões ligadas ao tratamento de dados pessoais, com fornecimento de formulários para essa finalidade (art. 84, I e art. 88 do Provimento CNJ 149/2023)? () SIM () NÃO Observações/Providências:
74	A serventia mantém, em sua unidade, em local de fácil visualização e consulta pelo público, bem como em seus meios de comunicação, as medidas sobre o cumprimento da lei de proteção de dados, divulgando as informações básicas a respeito dos dados pessoais e procedimentos de tratamento, os direitos dos titulares dos dados, o canal de atendimento disponibilizado aos titulares de dados para que exerçam seus direitos e os dados de qualificação do encarregado, com nome, endereço, e meios de contato? () SIM (X) NÃO Observações/Providências:
75	A serventia mantém em sua unidade formulário para terceiros preencherem e assinarem o requerimento para obtenção de informações? () SIM (x) NÃO Observações/Providências:
PROVIMENTO CNJ 149/2023 – CNJ (SISTEMA ELETRÔNICO DE REGISTROS PÚBLICOS)	
76	A Serventia está integrada tecnologicamente ao SERP – Sistema Eletrônico de Registros Públicos, instituído pela Lei nº 14.382 de 27.06.2022? (A total integração entre os Operadores Nacionais – ON – RCPN, ON-TDPJ e ONR ao ONSERP deve ocorrer em até 90 dias, contados de 03.02.2023) () SIM (X) NÃO SE APLICA
TÓPICO DE ENCERRAMENTO	
78	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da inspeção realizada no ano anterior? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO – TABELIONATO DE NOTAS

TABELIONATO DE NOTAS	
1	A Serventia possui todos os livros próprios das atribuições de Tabelionato de Notas, conforme legislação em vigor? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

2	Mantém arquivadas as certidões e os documentos necessários à lavratura de escrituras relacionadas às transações imobiliárias, consoante o disposto na Lei Federal 7.433/85 e Decreto 93.240/86? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
3	Mantém fichário de cartões de autógrafo? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
4	No reconhecimento de firmas, dentre os requisitos exigidos, tem sido mencionada a sua espécie (autenticidade ou semelhança), bem como o nome do signatário por extenso e de modo legível, inclusive quando houver mais de uma assinatura? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
5	É observada a vedação do reconhecimento de firma em documentos sem data, pós-datado, incompleto ou que contenha espaços em branco? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
6	Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias da data da lavratura, a escritura não assinada pelas partes faltantes é tornada sem efeito? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
7	O tabelião, substituto ou escrevente, bem como as demais pessoas que comparecem aos atos, rubricam todas as folhas utilizadas? As rubricas são colhidas na margem que não é destinada à encadernação? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
8	Nos livros de folhas soltas, logo que concluídos, são lavrados os termos de encerramento, com posterior encadernação (art. 87, § 2º do Código de Normas)? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
9	A Serventia já está integrada no Sistema de Atos Notarias Eletrônicos – e-Notariado, nos termos pelo Provimento 149/2023-CNJ? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
10	A Serventia já instituiu a matrícula notarial eletrônica, nos termos do art. 295 do Provimento 149/2023-CNJ? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
11	Remete ao CENSEC, até o 15º (décimo quinto) dia de cada mês subsequente ao da lavratura, relação dos inventários, partilhas, separações, divórcios, testamentos e suas revogações realizadas no mês anterior e demais determinações dos Provimentos nº 149/2023 e nº 56/2016 do CNJ? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
12	Preenche, obrigatoriamente, antes da assinatura do ato, ficha padrão ou cartão de autógrafo das partes que pratiquem atos translativos de direitos, de outorga de poderes, de testamento ou de relevância jurídica? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

13	<p>O Livro de Registro de Assinaturas para Reconhecimento de Firma Autêntica ou Verdadeira contém todos os elementos constantes do Capítulo XII do CN (Provimento Conjunto nº 02/2019-CJRM/CJCI)?</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
14	<p>O tabelião informa ao Colégio Notarial do Brasil, em até 15 dias, os dados para alimentação ou atualização dos dados que compõem o Cadastro Único de Clientes do Notariado (CCN)? (CNJ, Prov. n. 149/2023-CNJ)</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
15	<p>Observa rigorosamente as formalidades necessárias à lavratura de testamentos, conforme disposto no artigo 20, § 4º, a Lei nº 8.935/1994 c/c artigo 1.864 e seguintes do Código Civil,</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
16	<p>O tabelião consulta a base de dados do Cadastro Único de Beneficiários Finais, com a complementação das informações com outras que puder extrair dos documentos disponíveis, para os fins de identificação do beneficiário final da operação? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 167, § 3º)</p> <p>(<input type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
17	<p>Existem pendências na central (CENSEC), nos diversos módulos, quanto a alimentação sobre escrituras e procurações públicas lavradas ou informação negativa da prática destes atos? (CNJ, Prov. 149/2023)</p> <p>(<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
18	<p>Existem pendências na central (CENSEC), nos diversos módulos, quanto a carga das informações dos atos notariais já lavrados, realizada regressivamente? (CNJ, Prov. 149/2023)</p> <p>(<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
19	<p>A serventia extrajudicial cumpre os arts. 7º e 14 do Provimento 39 do CNJ, efetuando consulta o banco de dados da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB, consignando no ato notarial o resultado da pesquisa e o respectivo código gerado (hash), no desempenho regular de suas atividades e para a prática dos atos de ofício?</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
20	<p>Nos últimos três meses a Serventia formalizou alguma Escritura Pública de área rural a pessoa física ou jurídica estrangeira, assim considerada nos termos da legislação em vigor? Nelas, tem sido observadas as exigências do art. 9º e seu parágrafo único da Lei Federal n. 5.709/71, bem como o Decreto 74.965/74?</p> <p>(<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
21	<p>É observado o disposto no artigo 8º, §3º, da Lei Federal nº 5.868/1972 nas escrituras públicas envolvendo imóvel rural, que não podem possuir área menor que o módulo rural previsto para a região?</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
22	<p>É observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Lei Federal nº 6.766/1979 nas escrituras públicas envolvendo imóvel urbano, que não podem possuir área menor que 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados)?</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

23	Em caso de imunidade tributária, isenção ou não incidência do tributo está sendo mencionado na escritura o dispositivo constitucional ou legal que autoriza ou, se for o caso, referida a certidão expedida pela autoridade fiscal competente sobre o fato, conforme determina o art. 5º do Provimento n. 008/2002 - CGJ? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
24	A serventia fiscaliza o recolhimento dos tributos incidentes sobre os atos lavrados? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
25	Qual o último acesso realizado à Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB? (CNJ, Prov. n. 39/2014) Observações/Providências: 06/09/2024
26	Os tabelionatos de notas do Estado do Pará estão cumprindo integralmente as disposições do Provimento 164/2024 do CNJ, referente à Autorização Eletrônica de Doação de Órgãos, Tecidos e Partes do Corpo Humano (AEDO), por meio do módulo específico do e-Notariado? Há cobrança de emolumentos sobre o serviço? () Sim () Não Observações/Providências:
27	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da correição realizada anterior? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:

OBSERVAÇÕES/PROVIDÊNCIAS:

A Correição Ordinária realizada presencialmente pela Corregedoria-Geral de Justiça no Cartório do 3º Ofício de Notas de Belém (CSN 06.796-7), ocorreu no dia 10 de setembro de 2024.

A serventia encontra-se provida, tem como Tabelião o Sr. Eduardo Luiz Ayres Duarte da Rosa.

A serventia observa a jornada de 08:00 às 17:00 horas, com escala de horário para o almoço.

A serventia possui 37 colaboradores, e durante a correição, foram apresentadas pastas individualizadas de cada funcionário, contendo os documentos admissionais de cada colaborador, porém não se constatou a existência de termo de confidencialidade e sigilo nos documentos apresentados. Foi informado que nos novos contratos de trabalho já consta cláusula de confidencialidade.

Assim como, foi apresentada portaria consolidada contendo o nome de todos os escreventes, bem como das Tabeliães Substitutas, conforme documento em anexo.

A serventia encontra-se identificada. Na fachada do prédio, consta o número telefônico. As instalações físicas são boas, proporcionando bom atendimento aos usuários, com conforto, proteção e segurança, bem como oferece acessibilidade às pessoas com necessidades especiais.

O espaço destinado ao atendimento é todo refrigerado, são disponibilizadas senhas, com controle de prioridades, bem como número suficiente de cadeiras.

O arquivo encontra-se em local salubre, não há umidade. Todavia, alguns livros encontram-se em estado avançado de deteriorização, necessitando de restauração, embora o acervo já se encontre todo digitalizado.

A serventia dispõe de Álvara de Funcionamento emitido tanto pela Prefeitura como pelo Corpo de Bombeiros, os quais se encontram fixados na entrada da serventia. No entanto, a licença do Corpo de Bombeiros encontra-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

se vencida, precisando ser renovada.

Atualmente, a serventia mantém contrato com 03 empresas prestadoras de serviço de internet (vivo, oi e net), havendo a interrupção do serviço, uma substituiu a outra.

A Tabela de Emolumentos é padronizada pela ANOREG/PA, já incluindo o valor do ISS, o qual é repassado ao usuário, e encontra-se fixada na entrada da serventia.

Os recibos discriminando os emolumentos percebidos são fornecidos independentemente de solicitação do usuário.

Foi relatado que nos horários de pico, são deslocados funcionários dos setores de Escritura e Usucapião para auxiliarem no atendimento, a fim de que este seja realizado em tempo razoável.

A serventia mantém leis e outros atos relativos à atividade em formato eletrônico.

Realizada consulta em alguns atos, constatou-se as seguintes discrepâncias:

1- Selo digital 133885: valor impresso no final do ato: R\$ 1.978,81 – valor da consulta pública pelo QR Code: R\$ 1.900,92.

2- Selo digital 133887: valor impresso no final do ato: R\$ 406,61 – valor da consulta pública pelo QR Code: R\$ 390,50.

3- Selo digital 135402: valor impresso no final do ato: R\$ 2.505,00 – valor da consulta pública pelo QR Code: 2.405,76.

Desse modo, vislumbra-se a necessidade em solicitar esclarecimentos à Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças do TJPA sobre as diferenças acima apontadas. A Escrevente não soube informar a razão de tais divergências.

Cabe ressaltar que, os valores alusivos ao FRC e FRJ estão sendo recolhidos corretamente, não havendo diferença entre os valores impressos no final do ato e os valores da consulta pública.

O backup do acervo é feito em redundância, em HD externo e em Nuvem Azura fornecido pelo sistema Escriba.

A serventia possui Livro de Visitas e Correições, conforme determina o art. 185, I, do Provimento n. 149/2023 – CNJ, constam apenas 03 registros, tendo sido determinada a realização da ata desta correição.

O Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa não está sendo impresso, em desconformidade com disposição expressa no Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará, devendo tal situação ser regularizada, eis que este deve ser remetido ao Juiz de Registros Públicos para ser visado. No entanto, foi possível verificar na tela do computador que o referido livro menciona o selo utilizado, permitindo a verificação em sistema do ato efertivamente praticado.

A escrituração do Livro de Controle de Depósito Prévio é feita em planilha eletrônica, realizada a consulta, constatou-se que não havia valores relevantes, entretanto foram encontrados valores depositados há quase um ano, os quais não foram convertidos em emolumentos, devendo-se conferir celeridade a conclusão dos atos.

Em consulta ao sistema Justiça Aberta do CNJ, verificou-se a necessidade de atualizar o número de funcionários, pois consta apenas 32 colaboradores, sendo que na correição foi informado que são 37 colaboradores.

Foi relatado que um auxiliar do cartório tinha a atribuição de acessar diariamente os sistemas, dentre os quais, destaca-se o PJeCOR, mas em razão de alguns equívocos, o Tabelião passou a acompanhar diretamente os sistemas.

A serventia possui registro de conteúdo eletrônico de todos os atos notariais, tendo sido informado que as minutas de atos e os atos já lavrados ficam registrados no sistema Escriba. O acervo foi todo scaneado por uma empresa



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

contratada.

A serventia fornece o serviço de cópias reprográficas, cobra a quantia de R\$ 0,50 (cópias preto e branco) e R\$ 1,00 (cópias coloridas).

Os selos estão sendo inseridos eletronicamente na última folha dos atos praticados, conforme determina o art. 149 do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará.

Os atos selados estão sendo enviados imediatamente após suas conclusões ao sistema de informação do TJPA.

De acordo com o Relatório Situacional da Divisão de Arrecadação Extrajudicial, há 05 selos digitais pendentes de declaração. O relatório foi remetido via e-mail à serventia para regularização.

Durante a correção, foram apresentados os seguintes documentos:

- 1- Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Municipal pelo CNPJ da serventia;
- 2- Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Estadual pelo CPF da Delegatária e pelo CNPJ da serventia;
- 3- Cópia da última GPS (Guia de Previdência Social) e GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS);
- 4- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT pelo CPF do Delegatário e Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas pelo CNPJ da serventia. O Titular da serventia esclareceu que este débito refere-se a empregado contratado pela antiga Interina, que inclusive já morreu.
- 5- Certificado de Regularidade do FGTS – CRF pelo CNPJ da serventia;
- 6- Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União pelo CPF do Delegatário.

Em relação ao Provimento n. 149/2023 – CNJ concernente a implantação de políticas, procedimentos e controles internos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, o próprio Delegatário é o encarregado de dados.

O Titular do serviço afirmou ainda não ter se deparado com situação que evidencie a prática dessa espécie de crime, e garantiu comunicar a Corregedoria-Geral de Justiça sobre a inexistência de operação ou proposta suspeita passível de comunicação ao COAF, conforme determina o Provimento n. 149/2023 – CNJ.

O Delegatário asseverou ainda não ter recebido requisições do COAF, tampouco do CNJ.

Tendo, ainda, garantido que mantém cadastro das pessoas físicas e jurídicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores nos atos notariais protocolares e de registro de conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 145, §§ 1º e 2º, do Provimento 149/2023 – CNJ, mediante sistema informatizado.

A serventia se enquadra na Classe 03, para os fins do Provimento n. 74/2018 – CNJ. Há 02 (dois) funcionários do cartório treinados na operação do sistema e das cópias de segurança, bem como foi contratada uma empresa especializada para realização do serviço de manutenção técnica.

Com relação ao Provimento 149/2023 – CNJ e Provimento n. 10/2021 (Tratamento de Proteção dos Dados Pessoais – LGPD), o próprio Delegatário é o encarregado de Proteção de Dados Pessoais, porém constatou-se que a serventia ainda necessita se adequar à lei disciplinadora da matéria.

Quanto ao serviço de Tabelionato de Notas, a serventia possui todos os livros relacionados a tal atribuição, tanto no formato físico como eletrônico.

As certidões e os documentos necessários à lavratura de escrituras relacionadas às transações imobiliárias são arquivadas tanto no formato físico como digital.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Os cartões de autógrafo são mantidos tanto fisicamente como em sistema.

Feita a análise, por amostragem, nos Livros ns. 345 e 346 de Escritura Públicas, não se identificou nenhuma escritura lavrada há mais de 30 dias, sem constar a assinatura de uma das partes, o que justificaria torná-la sem efeito, consoante os termos do § 1º, do art. 253, do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará.

Foi verificado em correição que concluídos os livros de folhas soltas, são lavrados os termos de encerramento, com posterior encadernação, consoante os termos do § 2º, do art. 87, do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará.

A serventia já está integrada no Sistema de Atos Notariais Eletrônicos – e-Notariado, bem como possui matrícula notarial eletrônica, consoante os termos do Provimento n. 149/123 – CNJ.

Feita consulta, utilizando o CPF do tomador de serviço, constatou-se que o Tabelião informa ao Colégio Notarial do Brasil, os dados para alimentação ou atualização dos dados que compõem o Cadastro Único de Clientes do Notariado, em observância ao Provimento n. 149/123 – CNJ.

No momento da correição, a serventia não possuía pendências na CENSEC.

De acordo com a Tabelião Substituta, a serventia não formalizou Escritura Pública de área rural à pessoa física ou jurídica, nos últimos 03 meses.

Os casos de imunidade tributária, isenção ou não incidência do tributo são comprovados mediante apresentação de manifestação escrita da autoridade fiscal.

Com relação à Autorização Eletrônica de Doação de Órgãos, Tecidos e Partes do Corpo Humano (AEDO), a Tabelião Substituta afirmou ter ciência do Provimento n. 164/2024, inclusive sobre a gratuidade do ato, entretanto, garantiu ainda não ter prestado serviço dessa espécie.

Em face do exposto, vislumbro a necessidade da adoção das seguintes providências:

RELATÓRIO COMUM A TODAS AS ATRIBUIÇÕES:

- 01.** Apresentar Licença de Funcionamento do prédio atualizada fornecida pelo Corpo de Bombeiros (item 09). **PRAZO: 30 DIAS.**
- 02.** Apresentar Plano de Ação relativo à restauração dos livros que se encontram em estado avançado de deterioração, para tanto, deve fazer o levantamento da quantidade de livros que se encontram nesta condição e indicar prazo razoável para o cumprimento da ordem (item 10). **PRAZO: 60 DIAS.**
- 03.** Diligenciar junto à Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças, a fim de verificar a divergência existente entre os valores constantes no selo impresso e os valores constantes na consulta pública pelo QR Code (item 28). **PRAZO: IMEDIATO.**
- 04.** O Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa deverá ser escriturado de modo a fazer referência ao livro e ao número da folha do ato praticado. Uma vez encerrado deverá ser encadernado, consoante os termos do art. 189 do Provimento n. 149/2023 – CNJ, bem como deverá ser visado anualmente pelo Juiz Corregedor Permanente da Comarca, conforme art. 98, § 1º, do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará (item 35). **PRAZO: IMEDIATO.**
- 05.** Conferir celeridade à conclusão dos atos, a fim de converter os depósitos prévios em emolumentos (item 36). **PRAZO: 90 DIAS.**
- 06.** Atualizar no sistema Justiça Aberta do CNJ o número de preposto existentes na serventia, pois foi informado em correição que a serventia possui 37 colaboradores e no referido sistema constam apenas 32 colaboradores (item 37). **PRAZO: IMEDIATO.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

-
- 07.** Acessar diariamente PJeCOR (item 38). **PRAZO: IMEDIATO.**
- 08.** Regularizar as pendências descritas no Relatório Situacional da Divisão de Arrecadação Extrajudicial (item 47).
PRAZO: 60 DIAS.
- 09.** Apresentar Certidão Negativa ou Positiva de Débitos perante a Fazenda Pública Municipal pelo CPF do Delegatário (item 55). **PRAZO: 30 DIAS.**
- 10.** Apresentar Certidão Negativa ou Positiva relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União pelo CNPJ da serventia (item 60). **PRAZO: 30 DIAS.**
- 11.** Apresentar Plano de Ação, a ser homologado por este Órgão Censor, com a finalidade de adequar integralmente a serventia ao Provimento n. 10/2021 -CGJ e ao Provimento n. 134/2022 – CNJ, relativos ao Tratamento e proteção dos dados Pessoais – LGP (itens 72, 73, 74, 75 e 76). **PRAZO: 30 DIAS.**

- DOCUMENTOS EM ANEXO:

Anexo I – Portaria n. 009/2024 e Atos de Investidura do Delegatário.

Anexo II – Certidões Municipais, Estaduais, Federais, Trabalhistas e de Regularidade do FGTS.

Anexo III - Relatório Situacional da Divisão de Arrecadação dos Serviços Extrajudiciais.

Belém, data da assinatura eletrônica.

LUCIO BARRETO
GUERREIRO:8176

Assinado de forma digital por
LUCIO BARRETO GUERREIRO:8176
Dados: 2024.09.15 19:05:20 -03'00'

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Corregedor da CGJ

MONICA CRISTINA DE AZEVEDO
HONDA:57778698234

Assinado de forma digital por MONICA
CRISTINA DE AZEVEDO
HONDA:57778698234
Dados: 2024.09.20 08:40:21 -03'00'

MÔNICA CRISTINA DE A. HONDA

Assessora Jurídica da CGJ